

CROÁCIA

REPÚBLICA DA CROÁCIA

Chefe de Estado:	Stjepan Mesić
Chefe de Governo:	Jadranka Kosor (substituiu Ivo Sanader em Julho)
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	4,4 milhões
Esperança média de vida:	76 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	8/7 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	98,7 por cento

Registaram-se progressos muito limitados na investigação dos casos de crimes de guerra alegadamente cometidos por membros do Exército croata e da polícia contra croatas-sérvios e membros de outras minorias durante a guerra de 1991-1995. A Croácia continuou a não cooperar com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (Tribunal), recusando entregar documentos militares relacionados com a Operação Tempestade, em 1995. Alguns casos de ataques contra jornalistas continuava por resolver. Ciganos e croatas-sérvios continuaram a ser discriminados no acesso aos seus direitos económicos e sociais, entre outros.

Antecedentes

As negociações de adesão à UE foram retomadas em Setembro. Tinham sido suspensas em Dezembro de 2008 devido a uma disputa fronteiriça com a Eslovénia e devido à falta de cooperação com o Tribunal. Devido ao relatório negativo do Procurador-Chefe do Tribunal, alguns estados-membros da UE continuavam a opor-se à abertura de negociações sobre o poder judicial e direitos humanos.

Justiça internacional – crimes de guerra

Tanto o Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas (HRC) como o Procurador-Chefe do Tribunal informaram que a Croácia continuou a recusar entregar ao Tribunal documentos militares importantes relacionados com a Operação Tempestade, levada a cabo em 1995, pela qual três generais do Exército croata (Ante Gotovina, Ivan Čermak e Mladen Markač) estavam a ser julgados em Haia.

Apesar das garantias dos responsáveis governamentais sobre a disposição da Croácia para colaborar com o Tribunal, a busca dos documentos militares permaneceu inconclusiva.

O julgamento de Momčilo Perišić, que incluía, entre outros pontos, acusações relacionadas com o bombardeamento de Zagreb em Maio de 1995, prosseguiu na Câmara de Julgamento do Tribunal.

O julgamento de Jovica Stanišić e de Franko Simatović foi retomado em Junho, após ter sido suspenso em 2008.

Eram acusados, entre outras coisas, de perseguição racial e religiosa, homicídio, deportação e actos desumanos contra a população não-sérvia nas áreas da Croácia controladas pelos sérvios durante a guerra de 1991-1995.

Sistema judicial – crimes de guerra

As autoridades continuaram a não investigar os crimes de guerra cometidos durante a guerra de 1991-1995 por militares do Exército croata e elementos das forças policiais contra os croatas-sérvios e membros de outras minorias. A falta de vontade política para lidar com estes casos continuava a ser um dos principais obstáculos. O número desproporcionado de casos contra croatas-sérvios foi demonstrado em Setembro num relatório publicado pelo jornal *Jutarnji List*, em que o Ministro da Justiça afirmou que 2 por cento dos casos julgados pela Justiça croata diziam respeito a croatas, enquanto os restantes 98 por cento diziam respeito a croatas-sérvios e outras minorias. A opinião do ministro é de que esta situação era compreensível, já que, segundo afirmou, os croatas-sérvios cometeram mais crimes de guerra do que os croatas.

As medidas delineadas pelo governo para combater a impunidade pelos crimes de guerra continuavam por implementar. Apenas um caso foi julgado em 2009 numa das câmaras especiais de crimes de guerra criadas em quatro tribunais distritais em Zagreb, Osijek, Rijeka e Split. Estas câmaras foram criadas em 2003 para julgar crimes de guerra fora das comunidades onde os crimes tinham sido cometidos, uma medida destinada a reduzir a pressão sobre as testemunhas e a garantir a imparcialidade.

■ Em Maio, Branimir Glavaš e outros seis foram condenados pelo Tribunal Distrital de Zagreb. Branimir Glavaš, que foi condenado por não ter impedido que os seus subordinados detivessem, maltratasse e matasse civis e por ter participado nalguns dos crimes na sua capacidade de líder militar local em 1991, foi condenado a 10 anos de prisão. Os outros seis foram considerados culpados de detenção ilegal, tortura e homicídio de civis croatas-sérvios na cidade de Osijek, em 1991, e condenados a entre 5 e 8 anos de prisão.

Pouco tempo depois do julgamento, Branimir Glavaš, que tinha passaporte bósnio, fugiu para a Bósnia-Herzegovina, onde permaneceu. As autoridades croatas não puderam pedir a sua extradição, porque os dois países não têm qualquer acordo de extradição.

■ O Supremo Tribunal começou a julgar em Novembro o pedido de recurso da sentença do caso contra dois generais do Exército croata, Mirko Norac e Rahim Ademi. Em 2008, o Tribunal Distrital de Zagreb absolveu Rahim Ademi de todas as acusações, embora Mirko Norac tenha sido considerado culpado por alguns dos crimes e condenado a sete anos de prisão. Os dois eram acusados de crimes de guerra, incluindo homicídios, tratamento desumano, pilhagem e destruição deliberada de propriedade, contra civis croatas-sérvios e prisioneiros de guerra durante as operações militares de 1993.

O plano de acção para o julgamento de crimes de guerra não levava em conta os preconceitos étnicos no poder judicial. O plano de acção previa que seriam os procuradores locais a seleccionar os casos prioritários. Na sequência da aplicação deste plano, na região de Sisak, onde cerca de 100 croatas-sérvios foram mortos ou desapareceram no início da guerra, nenhum dos casos considerados prioritários tinha como vítimas croatas-sérvios. Nos sete casos prioritários, as vítimas eram croatas. Esta situação apenas contribuiu para aumentar os preconceitos étnicos e alargar a impunidade para os crimes cometidos por membros do Exército croata e das forças policiais.

Em Março, o Comité da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) manifestou a sua preocupação com os relatos de discriminação étnica no julgamento de casos de crimes

de guerra e exortou a Croácia a investigar e julgar de forma efectiva todos os crimes de guerra independentemente da etnia das vítimas e dos perpetradores.

Em Outubro, o HRC manifestou a sua preocupação relativamente à impunidade para os crimes de guerra, incluindo o facto de muitos casos potenciais de crimes de guerra continuarem por resolver e de a selecção de casos ser desproporcionalmente dirigida contra os croatas-sérvios. O HRC deu um prazo de um ano às autoridades croatas para implementarem estas e outras recomendações.

Em Outubro, a Comissão Europeia, no seu relatório sobre os progressos da Croácia, observou igualmente que a impunidade para os crimes de guerra constituía um problema, em particular nos casos em que as vítimas eram de etnia sérvia ou os perpetradores eram membros do Exército croata. O relatório afirmava que muitos crimes ainda não tinham sido julgados devido a uma combinação de factores, incluindo intimidação de testemunhas e relutância da polícia e dos procuradores em investigar estes casos.

Liberdade de expressão – jornalistas

As autoridades continuaram a não proteger os jornalistas que escreviam sobre crimes de guerra e criminalidade organizada de actos de intimidação e de ataques. A lentidão de alguns dos casos criou uma sensação de impunidade para os responsáveis pelos ataques.

■ Não se registaram progressos na investigação ao ataque de que foi vítima Dušan Miljuš, jornalista do jornal *Jutarnji List*, que foi gravemente espancado em Junho de 2008 por indivíduos não identificados em frente à sua casa, em Zagreb. O jornalista continuou a receber ameaças de morte.

■ Em Janeiro, foi aberto um processo-crime contra o jornalista Željko Peratović por “disseminação de informações susceptíveis de perturbar a população”. O caso foi aberto a pedido do Ministro do Interior, que foi acusado pelo jornalista de obstruir a investigação à morte de Milan Levar, uma potencial testemunha do Tribunal, em 2000.

■ Em Março, o jornalista Drago Hedl e um fotógrafo do *Jutarnji List* foram removidos à força de uma conferência de imprensa organizada pelo deputado Branimir Glavaš (antes de ser condenado em Maio por crimes de guerra enquanto comandante militar local em Osijek, em 1991). Em anos anteriores, Drago Hedl tinha sido alvo de tentativas de intimidação, incluindo ameaças de morte, devido à sua investigação aos crimes de guerra cometidos em Osijek.

Em Outubro, o HRC manifestou a sua preocupação com a intimidação e os ataques contra jornalistas. O HRC observou que estes alegados crimes raramente eram investigados e os seus responsáveis trazidos perante a Justiça, o que afectava a liberdade de imprensa. O HRC exortou a Croácia a tomar medidas para travar a intimidação de jornalistas e para trazer perante a Justiça os responsáveis por estes ataques.

Discriminação

Ciganos

Os ciganos continuaram a ser discriminados no acesso aos seus direitos económicos e sociais, incluindo a educação, emprego e habitação. As medidas tomadas pelas autoridades continuavam a ser insuficientes.

Em Abril, a Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo realizou uma audiência sobre o caso Oršuš e outros. O caso envolvia alegações de segregação étnica de alunos em escolas só para ciganos na região croata de Međimurje.

Tanto o CERD como o HRC manifestaram a sua preocupação pela segregação de crianças ciganas no sistema educativo.

Croatas-Sérvios

As autoridades croatas continuaram a não garantir os direitos dos croatas-sérvios, muitos dos quais foram deslocados pela guerra de 1991-1995.

Em Outubro, a ONG Human Rights Watch informou que os croatas-sérvios continuavam a enfrentar dificuldades em recuperar as suas casas, que foram ocupadas por outras pessoas, muitas vezes apesar das decisões judiciais a seu favor. Muitos dos que regressaram às suas localidades de origem não puderam beneficiar de programas de reconstrução, além de enfrentarem problemas no acesso ao emprego.

Em Março, o CERD manifestou a sua preocupação relativamente ao substancial número de casos por resolver relacionados com a restituição de bens e direitos de propriedade, e exortou as autoridades a implementar medidas justas e transparentes para garantir o regresso sustentável dos croatas-sérvios.

Em Outubro, o HRC exortou as autoridades a verificar o número de pessoas que não tencionavam regressar ou que não podiam fazê-lo, e a investigar as suas razões.

Direito à saúde – saúde mental

Em Outubro, o HRC manifestou a sua preocupação relativamente ao uso continuado de "camas-jaula" como medida de imobilização de pacientes de saúde mental, incluindo crianças internadas em instituições de assistência social na Croácia. O HRC apelou à abolição imediata da utilização de "camas-jaula" e à criação de um organismo encarregado de inspeccionar as instituições de saúde mental.

Relatório da Amnistia Internacional

📄 "Briefing" ao Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas sobre a República da Croácia (EUR 64/001/2009)